

Ronaldo Rosas Reis
Professor Associado da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense
Pesquisador do CNPq.

Boa noite a todos.

É um prazer muito grande poder compartilhar esta mesa com a professora Sonia Kramer, da PUC-RJ, com o desafio de dialogar com a comunidade dessa escola, sobretudo considerando a responsabilidade de ser pai de um dos seus alunos. Agradeço à direção da Escola Sá Pereira o convite que muito me honra.

Sobre a nossa palestra tenho a dizer inicialmente que tive muitas dúvidas sobre a melhor forma de abordar o tema proposto. As possibilidades eram muitas e quase todas que eu testei teoricamente acabavam em comparações que, definitivamente, não me agradavam. Seja porque me pareciam travadas por reminiscências nostálgicas seja porque não teríamos tempo para desenvolvê-las. Acho que se a nostalgia é matéria boa para um tipo de jornalismo de entretenimento, decerto que não é boa conselheira para o rigor da ciência. De outra forma, para encontrarmos a “escola que tivemos” no passado (a minha, por exemplo, é a escola pública dos anos de 1950 e 1960) teríamos de trabalhar com tantas variáveis para chegarmos a um consenso que o nosso tempo não daria. Seria inviável.

Optei então por abordar o tema a partir de uma síntese do material que venho pesquisando sobre a realidade educacional brasileira. Farei isso em dois momentos.

No primeiro deles vou procurar demarcar a estrutura do espaço social no qual se insere a relação trabalho-educação. No segundo momento, partindo daquilo que me parece concreto nessa relação, procurarei concluir a minha intervenção indo ao ponto indicado pelo tema proposto.

1. O TRABALHO E A EDUCAÇÃO NO VELHO E NO NOVO CAPITALISMO

Em 1997, o sociólogo e professor norte-americano da Universidade de Chicago, Richard Sennett, publicou um livro interessantíssimo intitulado **A corrosão do caráter**. As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. No Brasil ele foi lançado em 2002, pela Record. Adaptei o seu esquema de análise às nossas exigências aqui.

Tomando como marco inicial para a nossa análise a década de 1950 e como marco final a presente década de 2010, podemos dizer que, em 60 anos, o Brasil, relativamente aos países altamente industrializados, experimentou e experimenta de forma dependente, desigual e combinada dois momentos no seu processo de acumulação. Como registro metodológico observo que a condição de país economicamente dependente e desigual foi assinalada nos anos de 1960 e 1970 pelos sociólogos Florestan Fernandes, Chico de Oliveira e Fernando Henrique Cardoso. Resumindo, eles mostraram que o subdesenvolvimento **faz parte do ou é combinado com** o sistema capitalista global, sendo, portanto, a condição subdesenvolvida uma opção ideológica das elites brasileiras. Reservo dessa observação a idéia geral de que essas relações macroestruturais são reproduzidas no conjunto das relações sociais praticadas internamente em nosso país.

I. LONGO PRAZO

O nosso marco inicial se estende dos anos de 1950 até a década de 1990 sendo caracterizado na esfera econômica e política por um conjunto de idéias *salvacionistas*

Ronaldo Rosas Reis
Professor Associado da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense
Pesquisador do CNPq.

*desenvolvimentistas*¹. No nível pessoal e familiar esse longo período caracterizou-se pela expectativa de “longo prazo” em termos de planejamento da vida. Resumindo, a rotina pessoal e familiar refletia boa parte daquilo que o Homem Comum vivia no seu ambiente de trabalho. Isto é, dentre outros muitos aspectos:

- O horário de trabalho começava e terminava com o bater o ponto;
- Havia um tempo razoavelmente longo entre o aparecimento e a obsolescência de métodos, técnicas de trabalho e aparatos tecnológicos;
- Havia certa estabilidade nas relações sociais, incluindo aquelas formadas no emprego;
- Era uma vida de baixo consumo ou sem muitas extravagâncias;
- As relações se orientavam por uma hierarquia bem definida e certamente rígida.

Essa estabilidade era reproduzida no âmbito familiar, visível, sobretudo, nos seguintes aspectos:

- A regularidade do horário do trabalho proporcionava a regularidade do encontro familiar. O jantar reunia a família nuclear e era possível estar com regularidade com a família ampliada, isto é, avôs, irmãos, tios, primos, noras, genros etc.;
- A baixa pressão por produtividade e resultados no trabalho, bem como a pouca cobrança de consumo, facilitava a distensão das relações domésticas. A família podia usufruir mais tempo diário compartilhado, além da proximidade com colegas de trabalho;
- A hierarquia impunha o mundo adulto apartado do mundo da infância e da juventude, alimentando a tensão do que chamávamos de “conflito de gerações”.

Entretanto, contraditoriamente, a hierarquia era também um elemento fundamental a compor o espaço doméstico rotineiro das relações entre pais e filhos, seja porque impunha aos primeiros a responsabilidade de ensinarem (por palavras, por gestos, por exemplos etc.) o valor da honestidade, da lealdade, da amizade, do respeito ao próximo, enfim, de tudo o que pode ser definido rigorosamente como conduta ética na vida, nos estudos e no trabalho.

A escola, nesse contexto, era em grande parte caudatária de uma concepção de mundo positivista que apreendia a sociedade como algo necessariamente harmoniosa, sem conflitos e desvios, sendo o seu papel vital o de colaborar para manter essa harmonia e integrar os desviados. Em larga medida a escola reproduzia a expectativa de “longo prazo” do Homem Comum e aplicava ciosamente a rotina do trabalho e da vida doméstica. Nesse sentido, o tempo de absorção dos novos conceitos e métodos didático-pedagógicos muitas vezes ultrapassava a sua própria validade científica, e em algumas escolas o planejamento era muitas vezes bienal ou até trienal. Apesar de alguns casos excepcionais, a carga de

¹ É verdade que a hiperinflação dos anos de 1980 serviu como um poderoso corrosivo à expectativa de acumulação pessoal e, por conseguinte, de mobilidade social, mas, devemos observar que o mais importante é que na medida das oportunidades as pessoas planejavam as suas vidas no “longo prazo”, e a rotina se sobrepunha à insegurança causada pela economia.

Ronaldo Rosas Reis
Professor Associado da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense
Pesquisador do CNPq.

trabalho escolar raramente “roubava” da criança e do jovem o “tempo de brincar e se divertir” entendido pelos padrões de então.

II. CURTO PRAZO

A partir de 1990, já no governo Collor de Mello, acompanhando o capitalismo global, temos o início do processo de reestruturação produtiva do país, período que se estende aos dias de hoje. Estruturalmente é um tempo em que o papel social do Estado, hoje profundamente reduzido, entrega às corporações hospitalares e de seguro o grosso da oferta de serviços de saúde e às corporações financeiras a oferta do seguro previdência. Na área educacional, por exemplo, cerca de 45% dos quase seis mil municípios do país mantêm algum tipo de parceria com fundações de direito privado (Ayrton Senna, Grupo Abril, Roberto Marinho, Iochpe, Positivo etc.) para a prestação de serviços educacionais (fonte: SHIROMA, 2008).

É um tempo em que o chamado exército industrial de reserva – formado pela massa de trabalhadores desempregados – compõe parte importante no funcionamento do sistema, quer na sua forma clássica de regulador do custo da mão de obra mediante o estoque de trabalhadores quer porque lucra impondo ao trabalhador a realização de exames e certificações do tipo aferido pelo ISO (Organização Internacional pela Padronização) em breves intervalos. Naquilo que importa diretamente ao nosso tema, o processo de certificação para a padronização trouxe para a área educacional a exigência extrair indicadores mediante os exames nacionais conhecidos como ENADE (nível superior), ENEM (nível médio) e Provinha Brasil (nível fundamental). Na pós-graduação a CAPES realiza trienalmente o controle da produtividade dos pesquisadores no sistema Qualis. Vale dizer que a importância desses exames nada tem a ver com a qualidade pedagógica e os valores do ensino, mas, sim, com a demanda por investimentos financeiros, já que os indicadores coletados são levados ao PISA, um programa internacional da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) que fornece indicadores educacionais dos países membros ao Banco Mundial e outras agências multilaterais. Com base nesses indicadores investidores financeiros globais avaliam em que países colocarão o seu dinheiro.

Do ponto de vista das ações cotidianas do Homem Comum o “curto prazo” confere ao tempo presente uma aparência avessa ao período anterior. Em termos práticos isso têm significado, dentre outras coisas,

- Ele não é rotineiro, não tem definições a priori, os valores éticos são circunstanciais;
- A antiga rigidez da hierarquia existente no ambiente de trabalho foi substituída pela idéia de flexibilização, resultando em invencionices semânticas onde o empregado virou “colaborador” ou “associado”;
- Na transferência do serviço bancário, do comércio, da educação etc. para o Homem Comum pagar, comprar, opinar, reclamar e executar tarefas remotamente – algumas bastante complexas – pelo telefone, pela internet, pelo SMS ou qualquer outro meio e recurso remoto disponível².

² Na educação, por exemplo, boa parte das tarefas executadas pelos professores é realizada em casa, para além do horário regular de trabalho.

Ronaldo Rosas Reis
Professor Associado da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense
Pesquisador do CNPq.

- A hierarquia presencial (no trabalho, na escola, na família) foi transferida para algum lugar remoto, de onde remotamente somos pressionados e controlados por uma espécie de *demo ex machina*;
- Isso significa mais trabalho e menos tempo para a família, para os filhos, para si próprio. No âmbito familiar acabamos reproduzindo esse esquema de controle sobre os nossos filhos utilizando os mesmos meios. No limite, transferimos para a escola a tarefa desse controle, cobrando dela aquilo que nós próprios não podemos fazer presencialmente.

2. CONCLUINDO

Por força do ofício e, talvez, por não saber fazer de outra forma, me senti na obrigação de reunir esse conjunto de idéias e informações para poder conferir materialidade ao tema. Quis evitar uma arriscada abordagem “impressionista”. Para concluir vou tentar juntar os fios soltos.

O que eu quis demonstrar fundamentalmente é a existência do caráter sistêmico que articula o modo de produção, no qual o trabalho é central mas não dominante, e toda forma de organização jurídica, religiosa, educacional etc. da vida social. Se, no passado nossa vida era pautada pela rotina do “longo prazo” definida na macroestrutura das relações de produção, no presente, reproduzimos a flexibilidade do “curto prazo”. O que me permite dizer inicialmente que a rotina do “longo prazo” tanto quanto a flexibilidade do “curto prazo” nada mais representam do que o verso e o reverso de uma mesma medalha. Assim, em ampla medida, porém, como tudo, guardadas as dimensões e especificidades de cada coisa, tivemos e temos a escola que o sistema impõe para reprodução. Para chegarmos à escola que queremos temos antes de transformar o mundo que temos.

Ora, é isso que aflige “o Homem Comum” de nossa época, para o qual, como diz Richard Sennett, “[...] não há remédio prático” (2002, p. 33). É tudo muito ambíguo.

De um lado sentimos prazer em nutrir o nosso tempo com trabalho e atividades as quais, em sua maioria, não nos perguntamos sobre a dimensão criativa que elas alcançam em nossa existência. De outro lado, a despeito de induzirem o Homem Comum à criatividade, ele se sente desconfortável diante do lazer e do ócio por não serem produtivos. Aí, logo arrumamos um jeito de transformar o simples ato de cozinhar com e para a família e os amigos numa atividade prescrita disputando receitas, livros, cursos etc. O mesmo ocorrendo com o que deveria ser o prazer de caminhar, de correr, de fazer esportes, assim contribuindo para aumentar a compressão sobre o tempo-espço da nossa existência. E o que é mais dramático nisso tudo vem do fato de que estendemos esse sentimento para os nossos filhos.

Sem o “longo prazo” nos perguntamos aflitos como podemos educar os filhos de acordo com as qualidades éticas do compromisso, da lealdade, do propósito e resolução, erodidos que somos pelo trabalho sem fim e pelo controle externo que até reproduzimos no relacionamento familiar e com os amigos. Queremos, enfim, a felicidade, mas o “curto prazo” nos pressiona.

Minha conclusão sobre isso tudo é que o nosso dilema não é saber “que escola queremos para os nossos filhos”. O nosso dilema é mais dramático, pois não estamos sabendo responder à pergunta que precede o questionamento sobre a escola e que deveria

Ciclo de Palestras da Escola Sá Pereira – RJ
Tema: “A escola que tivemos, a escola que temos e a escola que queremos para os nossos filhos”
Notas da palestra apresentada em 23/08/2011

Ronaldo Rosas Reis
Professor Associado da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense
Pesquisador do CNPq.

ser dirigida a nós próprios, individualmente e coletivamente. Ou seja, que existência temos e que existência queremos para os nossos filhos?

Agradeço a atenção de todos.

Boa noite.

Ronaldo Rosas Reis
Inverno de 2011

REFERÊNCIAS

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SHIROMA, Eneida e SANTOS, Fabio Antonio. **Responsabilização e orientação para os resultados: prioridades do PDE escola**. São Paulo: Unioeste. Iº Simpósio Nacional de Educação, 2008.
Disponível em: www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/5/Artigo%2020.pdf